

DÍVIDA EXTERNA

Ex-ministros prevêem acordo satisfatório

Para Simonsen e Bresser, País vai conseguir redução de débitos com bancos

BRASÍLIA — O Brasil deve conseguir uma redução da dívida externa nas negociações com os credores externos, de acordo com opinião manifestada ontem, no Seminário sobre a Renegociação da Dívida Externa, no Senado, pelos ex-ministros Mário Henrique Simonsen, Luiz Carlos Bresser Pereira e João Sayad. O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, propôs que o governo reduza unilateralmente 50% da dívida com os bancos privados e renegocie os 50% restantes.

Pela fórmula de Bresser, 20% do principal e dos juros seriam pagos em prestações trimestrais, no prazo de 30 anos, pelos juros da libor (taxa bancária de Londres), 20% seriam renegociados e os credores receberiam 10% em títulos de privatização.



Newton Aguiar/AE — 3/1/88

Bresser: redução unilateral de 50% da dívida

Segundo o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, as condições de negociação atualmente são melhores que as defendidas pela comunidade financeira internacional depois da crise da dívida externa, em setembro de 1982. "De lá para cá, o México fez quatro acordos, um melhor que o outro", exemplificou. Simonsen lembrou, ainda, que a maioria dos credores privados do Brasil já fez suas provisões, colo-

cando os débitos do País como reserva.

Ele defende um acordo que separe os bancos estrangeiros em dois grupos: os que querem continuar com o Brasil e, por isso, se comprometem a emprestar novos recursos e a estender as linhas de crédito e financiamento ao comércio, e os que querem sair do País, vendendo seus créditos com desconto ou recebendo bônus de saída



André Dusek/AE — 29/6/88

Simonsen: condição atual melhor que a de 1982

com juros reduzidos. "Um acordo que represente a pá de cal na atual moratória é essencial para que o Brasil consiga restabelecer a reputação de País solidamente administrado", disse.

UNILATERAL

Para Bresser Pereira, a única forma de reduzir a dívida externa é uma ação unilateral do Brasil. Ele previu uma "enorme pressão" dos credores até o fim de setembro, quando se reúne o Fundo Monetá-

rio Internacional. Mas, para o ex-ministro, o governo age corretamente. "É preciso o ajuste fiscal e depois o acordo com o FMI", sustenta.

De acordo com Bresser Pereira, a negociação com os bancos deve ser direta, sem a participação do comitê assessor. Pela sua proposta, as negociações com o Clube de Paris, que reúne os bancos centrais dos países desenvolvidos, ocorreriam depois do acerto com os bancos comerciais. O Brasil só pagaria normalmente as dívidas de curto prazo (créditos interbancários e comerciais) e as instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Bresser Pereira afirmou ainda que o Brasil dispõe hoje de alguns aliados como o Congresso americano e as empresas multinacionais. "Eles sabem que se Brasil se livrar da dívida externa poderá comprar mais das indústrias americanas, em vez de pagar juros aos bancos", argumentou.